

J. Freitas



Ao lado de Magno Malta e Demostenes, Bernardo Boclin (E) foi ouvido ontem pela CPI

CPI receberá dados sigilosos do Orkut

A CPI da Pedofilia deve receber hoje dados sigilosos de 3.261 usuários da comunidade de relacionamento social Orkut suspeitos de veicularem material pornográfico. Conforme a Central

Nacional de Crimes Cibernéticos, o Orkut concentra 90% das 56 mil denúncias, dos últimos dois anos, referentes à divulgação de material pornográfico infantil na internet brasileira. **Página 5**

Homenagem aos servidores aposentados

Na sessão de homenagem, senadores pediram ontem à Câmara dos Deputados a aprovação do projeto que extingue o fator previdenciário e do que estende às aposentadorias do INSS o mesmo reajuste dado ao salário mínimo. **Página 8**

CPI começa a examinar dados sigilosos do TCU

Oito parlamentares começaram ontem a analisar dados do TCU sobre gastos com cartões. **Página 3**

Cristovam propõe pacto mundial pela educação

Cristovam Buarque defendeu pacto mundial que garanta educação a todas as crianças. **Página 6**

Líderes buscam hoje acordo para retomar votações

Ao meio-dia, líderes partidários voltam a se reunir em busca de acordo para retomar a votação de outras matérias além de medidas provisórias. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, cobrou da base governista e da oposição entendimento em torno de uma agenda que corresponda ao interesse do país. Segundo Romero Jucá, líder do governo, pode ser examinada a PEC que limita os gastos com precatórios. Marconi Perillo informou que o PSDB e o DEM já prepararam uma lista de projetos considerados pelos dois partidos prioritários para votação. **Página 4**



Garibaldi presidiu ontem reunião de líderes partidários que discutiu a vinda da ministra Dilma Rousseff ao Senado

Paulo Lima

Franceses debatem no Senado preços dos alimentos

A alta dos preços internacionais dos alimentos é discutida, em reunião na CAE e na CRA, com senadores franceses. **Página 7**



Mercadante (2º à esq.) preside discussão com Jean Arthuis, Philippe Marini e Osmar Dias

José Cruz



Apostados e pensionistas ocupam o Plenário durante a sessão especial

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 15h, visita dos presidentes da CUT, Arthur Henrique, e da Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro, Wagner Freitas. Às 16h30, comparece à posse dos ministros Gilmar Ferreira Mendes e Antônio Cezar Peluso nos cargos de presidente e vice do Supremo Tribunal Federal.

Plenário continua com pauta trancada

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por duas medidas provisórias: MPs 408 e 409/07, que abrem créditos.

CCJ delibera sobre convocação de Dilma e projeto dos sacoleiros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 10h, entre outras proposições, requerimento de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para esclarecer as denúncias de que teria participado de elaboração de dossiê com informações sigilosas sobre os gastos da Presidência

da República durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O primeiro item da pauta de 18 proposições é o projeto de lei que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai – o chamado Projeto do Sacoleiro.

Mercosul

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul se reúne às 14h30 para eleição do seu novo presidente.

CPI da Pedofilia

Às 9h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza reunião administrativa na qual deve receber da empresa Google o sigilo telemático referente aos dados e fotos acessíveis pelas páginas do *site* Orkut, bem como registro do histórico de operações realizadas pelos usuários.

Audiência conjunta debate biocombustíveis

Audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute, às 10h30, os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia, aos biocombustíveis. A audiência debate também o trabalho da força-tarefa designada

pelo presidente Lula sobre a sustentabilidade dos biocombustíveis. Participam da reunião o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Escolha de banco para recebimento de salário

Entre as 12 proposições em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) está o substitutivo a projetos de lei que dão aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que receberão seus salários. A pauta também inclui o projeto que regulamenta a licença-paternidade e o que isenta o aposentado por invalidez, maior de 60 anos, de exame médico-pericial. A comissão se reúne às 11h.



Comissão de Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho, reúne-se, às 10h, com os representantes das lideranças dos partidos com assento na comissão, com a finalidade de discutir o funcionamento dos trabalhos do colegiado neste ano.

CPI das ONGs

A reunião da CPI das ONGs destinada a ouvir o diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília, da UnB, Alexandre Lima, acontece às 11h.

Concessões de emissoras

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne, às 8h45, para a votação de 17 projetos de decreto legislativo que tratam de outorga ou renovação de concessões e permissões para funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Presidente do Senado defende entendimento sobre Itaipu e declara ser contra terceiro mandato para Lula

“Falta de alternância no poder não serve ao país”, diz Garibaldi

As declarações do vice-presidente José Alencar favoráveis a um terceiro mandato para o presidente Lula foram criticadas pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Para o senador, “o terceiro mandato é um passo para o autoritarismo e a falta de alternância no poder não serve ao Brasil”.

– Eu respeito muito o José Alencar. Até gostaria de estar a favor da sua opinião, mas sou contra. Porque sou contra a continuidade dos mandatos, mesmo que se passe pelo veredicto popular – destacou.

Garibaldi observou que sua opinião sobre esse assunto remonta de longa data e não é calcada no que acontece atualmente, quando representantes do PT defendem o terceiro mandato. Em sua avaliação, “o próprio presidente Lula tem dito que não deseja esse terceiro mandato, opinião sincera e merecedora de respeito”.

– Eu acho que essa questão é decidida por ele, por mais que uma parcela do PT, líderes de expressão, possam querer. Quem vai decidir isso é o presidente.

O presidente do Senado acredita que esse debate não vai atrapalhar os trabalhos do Legislativo.

– Por ora, não está em debate nenhuma emenda que venha trazer isso para o centro dos acontecimentos.

O senador foi questionado também sobre a possibilidade de a eleição do novo presidente do

Paraguai, Fernando Lugo, significar mais “uma pedra no sapato” do presidente Lula, já que Lugo pleiteia a revisão do acordo da binacional Itaipu.

– Eu estou convencido de que o novo governo do Paraguai iria de qualquer forma querer rever o tratado de Itaipu, que segundo eles é um contrato leonino a favor do Brasil. Até mesmo se tivesse sido eleita a candidata do governo [Blanca Ovelar]. Eu creio que as autoridades brasileiras e as paraguaias haverão de se entender. O governo brasileiro está mantendo a opinião de que o acordo não deve ser revisto. Eu não tenho elementos, informações, mas, se o nosso governo afirma que não deve ser revisto, eu prefiro ficar com o nosso governo.

Garibaldi Alves falou ainda de sua expectativa para os trabalhos legislativos desta semana, assinalando que sua prioridade agora é destrancar a pauta, que está bloqueada por duas medidas provisórias.

– Ainda bem que estamos perto de ter uma mudança que eu espero seja significativa. Já foi dado o primeiro passo com a aprovação, pela comissão especial da Câmara, de uma proposta já votada no Senado. Mas ainda falta a deliberação do Plenário da Câmara, que, eu espero, vai aperfeiçoá-la, a fim de limitar mais essa fúria do governo, essa enxurrada de medidas provisórias.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Alvaro Dias e Mão Santa

Governistas e oposicionistas começam a analisar documentos relativos a auditoria do Tribunal de Contas da União sobre gastos do Executivo

Cristovam comemora 48 anos de Brasília

Ao homenagear Brasília pelo aniversário de 48 anos, Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou características da capital que a tornam, em sua opinião, “uma das melhores cidades do mundo em termos de qualidade de vida”.

Entre os méritos de Brasília, o senador citou o respeito à faixa de pedestres e a existência de bibliotecas em paradas de ônibus.

Valter faz apelo por Ingrid Betancourt

Mais empenho dos governantes mundiais pela libertação da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt foi cobrado por Valter Pereira (PMDB-MS).

Ingrid foi seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em fevereiro de 2002 e está em cativeiro na Floresta Amazônica.

– Essa tragédia precisa ser interrompida. Onde está a solidariedade das nações?

Campanha irá divulgar direitos humanos

Paulo Paim (PT-RS) comemorou o lançamento, ontem – pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República –, da Campanha Brasileira dos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo principal da campanha, informou o senador, é criar ferramentas para que a sociedade civil organizada possa divulgar os direitos humanos no país.

Indicados parlamentares que terão acesso a dados sigilosos no TCU

Foram indicados ontem os parlamentares que terão acesso às auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre gastos, inclusive sigilosos, realizados com cartões corporativos do governo federal. Pela manhã, a presidente da CPI Mista dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), anunciou os nomes indicados pela oposição. À tarde, a base governista também indicou seus representantes.



Marisa Serrano lembra a obrigação de guardar sigilo sobre informações

Pelo lado governista, deputados Silvio Costa (PMN-PE), Paulo Teixeira (PT-SP), Carlos Willian (PTC-MG) e Manato (PDT-ES). Pela oposição, deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Augusto Carvalho (PPS-DF), Vic Pires (DEM-PA) e Índio da Costa

(DEM-RJ), que já passaram a tarde de ontem no TCU analisando os documentos sigilosos.

Essa comissão, formada por oito parlamentares, terá acesso até 22 de maio, em grupo ou individualmente, a toda a documentação utilizada pelo

TCU. Segundo Marisa Serrano, se houver vazamento de informações, os parlamentares serão responsabilizados por seus atos, de acordo com o Regimento Interno, podendo até serem levados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Atividades

Marisa Serrano informou não haver depoimentos marcados na CPI mista para a semana que vem. Nesta semana, os parlamentares deverão focalizar

o trabalho no exame de documentos recebidos pela comissão, disse a presidente.

– Eles precisam de pelo menos esta semana para ter uma noção do universo dos documentos que chegaram – argumentou.

Garibaldi acha que excesso de proteção prejudica Dilma

“Não é por falta de requerimento que a ministra vai deixar de vir ao Senado”, afirmou ontem o presidente da Casa, Garibaldi Alves, ao comentar requerimentos aprovados em comissões da Casa para que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, manifeste-se sobre assuntos do governo no Senado.

– Eu acho que ela não está se recusando a falar. Acho que está havendo um excesso de proteção à ministra. A ministra é a mãe do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], mas agora há um paternalismo muito grande em torno da ministra, para que ela não fale, para que ela não possa dizer alguma coisa. A ministra certamente merece dos líderes do governo essa dedicação toda, mas tem hora que uma dedicação como essa não serve à ministra, ao país e ao governo.

No entender de Garibaldi, é suficiente que os líderes partidários entrem num acordo para uma definição sobre qual a melhor data para Dilma Rousseff comparecer ao Senado. Para ele, já está na hora de a ministra falar.

PAC

Na reunião de lideranças com o presidente do Senado, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que Dilma comparecerá à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no dia 30 de abril.

Com a pauta invertida, governo derruba convocação

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou ontem requerimento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que previa a convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de que teria responsabilidade na formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e de sua esposa, Ruth Cardoso.

A votação do requerimento, que era o sexto item da pauta de votações, ocorreu logo após ser aberta a reunião e depois de os senadores aprovarem rapidamente proposta de inversão da pauta. Em seguida, também foi rejeitado outro requerimento de Arthur Virgílio que propunha convidar o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, para prestar esclarecimentos à comissão sobre os trabalhos de auditoria fiscal realizados nos partidos políticos e o vazamento de dados fiscais sigilosos relativos ao PSDB.

Marconi pedirá à CCJ parecer sobre requerimento

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), negou ontem que tenha desrespeitado o Regimento Interno do Senado ao colocar em votação o requerimento de convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para explicar a elaboração de um dossiê contendo informações sigilosas sobre despesas do então presidente Fernando Henrique Cardoso, de sua esposa e alguns de seus ministros.

Marconi Perillo também não vê nenhuma irregularidade em não ter colocado em votação o requerimento do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitando o cancelamento da convocação da ministra para falar sobre o dossiê, uma vez que o assunto não diz respeito à infra-estrutura. Na avaliação de Marconi, o requerimento de Jucá tratava de matéria vencida e, por isso, não poderia ser votado. O senador disse que Jucá deveria recorrer ao Plenário do Senado, mas não o fez para evitar polêmica. Marconi anunciou que encaminhará um requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) solicitando um parecer sobre a questão.

– Nós agimos regimentalmente, de acordo com a Constituição. Lamento que o governo não tenha colocado senadores para derrubar o requerimento da oposição.



Leopoldo Silva

Patrícia defende mais recursos orçamentários para a infância

Patrícia Saboya lamenta violência contra crianças

Ao comentar o assassinato da menina Isabella Nardoni, Patrícia Saboya (PDT-CE) afirmou que os parlamentares têm, como missão, ir além da indignação, buscando discutir formas de inibir a violência contra as crianças.

– Vivemos em uma sociedade doente, que não respeita seu bem mais valioso, a infância – afirmou.

A senadora defendeu mais recursos para as crianças no Orçamento e enfatizou que a maioria dos casos de violência doméstica não entra nas estatísticas, pois ficam, segundo ela, “entre quatro paredes”, já que crianças não têm coragem de denunciar ou às palavras delas não é dada fé.



Demostenes elogia especial sobre segurança

O caderno especial do **Jornal do Senado** sobre segurança pública, encartado na edição semanal de 22 a 27 de abril, foi considerado “um belíssimo trabalho” por Demostenes Torres (DEM-GO).

Entre as proposições que podem ser votadas na terça-feira, está a que limita gastos com precatórios e a que exclui da desvinculação de receitas as verbas para educação

Fotos: Geraldo Magela



Plenário aprova MP que prorrogou até julho de 2009 contratos profissionais para projetos de cooperação com organismos internacionais

Lideranças buscam acordo para votar pauta de interesse do país

Os líderes partidários do Senado voltam a se reunir hoje, às 12h, para tentar fechar uma pauta de votações que vá além da mera apreciação de medidas provisórias. A idéia é retomar as deliberações na próxima terça-feira. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, cobrou novamente em Plenário entendimento entre governo e oposição em torno de uma agenda que atenda ao interesse do país. Para Garibaldi, a pauta do Senado está “deixando a desejar”.

– O entendimento entre governo e oposição precisa prevalecer. A radicalização de posições impede que tenhamos a pauta que o povo brasileiro espera – comentou.

Precatórios

De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), entre as matérias que podem ser votadas na próxima terça, após a apreciação das duas medidas provisórias que obstruem a pauta, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os

gastos dos entes federativos com o pagamento dos precatórios. A proposição foi uma das principais reivindicações apresentadas pelos prefeitos, semana passada, na marcha realizada em Brasília. Pode ser votada ainda, segundo Romero Jucá, a PEC 96/03, que exclui os recursos destinados à educação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

– Temos procurado formas de votar e temos votado matérias importantes. Não vejo com pessimismo a dinâmica que temos adotado. Cada um marca sua posição, mas temos avançado.

Em nome do PSDB, Marconi Perillo (GO) disse que seu partido, em acordo com o Democratas, tem pronta uma lista de matérias consideradas prioritárias. De qualquer forma, mantém a postura de obstruir a votação de medidas provisórias que tratem da abertura de créditos extraordinários. O PSDB deu entrada a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra essas medidas.

No entanto, para a líder do PT, na Casa, Ideli Salvatti (SC), o impasse nas votações é responsabilidade da oposição. A senadora criticou o que considera antecipação do debate eleitoral de 2010.

– Parece que estamos em outro mundo, que o que acontece com a população não tem importância. Só importa a guerra partidária.

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), reagiu às críticas e sustentou que a atitude da oposição é de “colaboração, para o interesse do Brasil”.

– O que está sobrando não é intransigência da oposição, mas medidas provisórias.

Já Renato Casagrande (PSB-ES), líder do PSB no Senado, apelou à oposição para que não condicione a retomada das votações à decisão do STF.

Duas MPs estão obstruindo a pauta: a 408/07 e a 409/07, que abrem créditos extraordinários para vários ministérios (respectivamente, R\$ 3 bilhões e R\$ 750 milhões). Há outros 71 itens à espera de deliberação.

Aprovada MP que prorrogou contrato de atividade técnica

Acordo entre as lideranças partidárias permitiu a aprovação, ontem pelo Plenário, da Medida Provisória (MP) 407/07, que autorizou a prorrogação até julho de 2009 de contratos de profissionais que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais.

A matéria também ampliou de 216 para 800 os cargos de analista de infra-estrutura e prorrogou, até dezembro deste ano, o prazo de concessão da gratificação temporária (GT) e da gratificação de representação de gabinete (GRG) a servidores requisitados pela Advocacia Geral da União (AGU).

Plenário acolhe indicações para o Cade e embaixadas

Os senadores aprovaram ontem três mensagens do presidente da República indicando autoridades: Enéas Costa de Souza, para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça; Jorge José Frantz Ramos, para embaixador na República do Mali; e Elim Saturnino Ferreira Dutra, para embaixador na Tunísia.

A capacidade profissional de Enéas Costa de Souza foi enaltecida por Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Flávio Arns (PT-PR). O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi elaborado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Senadores querem debater política indigenista e fronteiras com general

O comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Pereira, deve vir ao Senado explicar críticas feitas, semana passada, à política indigenista, que chamou de “caótica”. O militar considera uma ameaça à soberania nacional a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em área contínua de 1,7 milhão de hectares na fronteira amazônica.

O senador Expedito Júnior (PR-RO) apresentou requerimento convidando o general Heleno e o presidente da Funai, Márcio Meira, para audiência na Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também pode convidar o general Heleno a falar, mas em sessão reservada, conforme requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM). Romeu Tuma (PTB-SP) solidarizou-se com o comandante e confirmou o possível convite da CRE ao general. Já o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), avaliou que o comandante apenas “teceu comentários sobre uma política que considera caótica, mal alinhavada”.

Os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) avaliaram como necessário um debate com o general.

Para Jefferson Péres (PDT-AM), a demarcação da reserva em área contínua é “um grave equívoco”. No local, informou, vivem quatro etnias diferentes, que “nem sequer falam a mesma língua”.

– Há perigo de separatismo. O

Kosovo foi da Sérvia, mas bastou uma declaração unilateral de independência para a Europa reconhecer o novo Estado. E agora vemos que os defensores da reserva não aceitarão se o Supremo decidir que a demarcação não deve ser contínua e recorrerão a instâncias internacionais. Isso é grave – advertiu.

Segundo Jefferson, lá existem caboclos há mais tempo do que índios macuxis.

Petistas criticam general

João Pedro (PT-AM) criticou a “visão militarista” na discussão sobre as fronteiras e defendeu a demarcação em área contínua da reserva. Ele considera improcedentes as críticas do general Heleno.

Para o senador, a homologação da reserva está de acordo com os direitos indígenas. Ele refutou a possibilidade de movimentos separatistas da reserva Raposa Serra do Sol e afirmou que “os índios são guardiões da biodiversidade” da região.

– Não podemos achar que a demarcação vai gerar autodeterminação dos povos indígenas – avaliou.

Tião Viana (PT-AC) repudiou o ataque do general e pediu uma reflexão sobre demarcação de terras indígenas.

Sibá Machado (PT-AC) considera que as afirmações do comandante estão baseadas em preconceitos e em interesses não revelados. Já Delcídio Amaral (PT-MS) sugere uma discussão sobre políticas de fronteira e de integração do índio, tão relevantes quanto as demarcações.



Para Jefferson Péres, demarcação de reserva em área contínua é “grave equívoco”



João Pedro condena “visão militarista” na discussão indigenista e sobre fronteiras

Flexa reclama de ação contra desmatamento

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Ibama por falta de critério no combate à exploração ilegal de madeira. Com outros senadores, Flexa foi à região e ouviu reclamações sobre a ação da Polícia Federal, do Ibama e da Força Nacional de Segurança contra o desmatamento ilegal na região.

Alvaro Dias: produtor sofre ameaça em MT

Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou protesto de agricultores de Mato Grosso contra a política preservacionista do governo, “que ameaça com polícia os produtores”.

– Os agricultores assumem compromissos se houver tentativa de compatibilizar desenvolvimento e preservação – garantiu o senador.

Geraldo Magalhães



Marco Maciel reclama da demora dos portugueses de ratificar acordo

Marco Maciel defende vigência de acordo ortográfico

Marco Maciel (DEM-PE) defendeu o acordo ortográfico firmado pelos países de língua portuguesa em 1990, previsto para entrar em vigor em 2010. Ele lembrou que, embora o acordo altere apenas 1,6% da ortografia em Portugal, não há naquele país consenso sobre as mudanças.

O senador informou que somente em fevereiro deste ano o Conselho de Ministros de Portugal aprovou o acordo. Ainda faltam a aprovação do Parlamento português e a sanção presidencial. Para Maciel, o Congresso brasileiro precisa discutir o assunto, para que não haja novos adiamentos, como em 1998 e 2004.

Suplicy saúda novo presidente eleito do Paraguai

Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a vitória do ex-bispo Fernando Lugo, eleito presidente do Paraguai no domingo. A conquista encerra uma trajetória de 61 anos do Partido Colorado (Associação Nacional Republicana – ANR) no comando do país.

Lugo obteve 43,83% dos votos; Blanca Ovelar, da ANR, 30,71%; e o ex-general Lino Oviedo, 21,98%.

Segundo o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai, 65,7% dos 2,86 milhões de eleitores participaram das eleições. Suplicy destacou que o eleito propõe, “legitimamente”, a revisão do acordo entre Brasil e Paraguai quanto ao preço da energia da hidrelétrica binacional de Itaipu.

– É muito importante que tenha havido uma eleição democrática – avaliou.

Google entrega hoje à CPI da Pedofilia informações sobre álbuns de fotografia e históricos de operações de pessoas suspeitas de veicularem material pornográfico em *site* de relacionamentos

Comissão recebe dados sigilosos sobre 3.261 usuários do Orkut

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia recebe hoje da empresa Google o sigilo telemático (dados do usuário de um computador) referente a informações e fotos acessíveis pelo *site* de relacionamentos Orkut, um dos produtos da empresa. São 3.261 usuários suspeitos de veicularem material pornográfico no *site* e que tiveram a autorização para a abertura dos sigilos aprovada pela CPI.

A iniciativa tem a intenção de diminuir a prática de atos de pedofilia no Orkut, cujas páginas hoje são

bloqueadas por usuários que liberam o acesso apenas para pessoas autorizadas. É essa restrição de acesso que propicia a troca de imagens entre pedófilos. Também serão entregues aos senadores os *logs* (registros de atividades gerados por programas de computador) com o histórico de operações realizadas por esses usuários. Conforme dados da Central Nacional de Crimes Cibernéticos, o Orkut concentra 90% das 56 mil denúncias, recebidas nos últimos dois anos, referentes à divulgação de material

pornográfico infantil no Brasil por meio da internet.

Na semana passada, o relator da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), informou que o Google assinaria hoje termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público e a Polícia Federal. A direção da empresa no Brasil também havia se comprometido a criar novos mecanismos tecnológicos para barrar a veiculação de fotografias, vídeos e a criação de comunidades relacionadas à pedofilia no Orkut.



Bernardo Boclin, Mesquita Júnior, Demostenes Torres e Rinaldo Barros durante audiência na CPI

Juiz defende inclusão da prática de pedofilia entre os crimes hediondos

Em audiência na CPI da Pedofilia, ontem, o juiz de direito da comarca de Niquelândia (GO), Rinaldo Aparecido Barros, sugeriu a inclusão da pedofilia no rol dos crimes hediondos.

Rinaldo Barros também recomendou mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a fim de que a Justiça possa efetivamente punir envolvidos com o crime de prostituição de menores. O juiz explicou que o texto do artigo 244-A do estatuto – que inclui entre os crimes em espécie “submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual” – tem causado dificuldades à Justiça. Na opinião de alguns juristas, disse Barros, o verbo “submeter” não inclui os casos em que a criança ou adolescente aceita a situação de prostituição.

Devido ao entendimento de alguns magistrados de que o termo “submeter” atinge apenas aqueles que levam os menores à prostituição, em alguns casos apenas quem obtém vantagem financeira é punido, mas quem man-

tém relações sexuais com a criança ou adolescente, não. O relator da CPI, Demostenes Torres, defendeu punição com igual pena para os dois tipos de exploradores, e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que o Parlamento precisa legislar de forma a punir mais severamente o usuário de prostituição infantil.

O promotor de Justiça de Niquelândia, Bernardo Boclin Borges, ressaltou que o Congresso precisa levar em consideração o contexto sociocultural do país ao criar as normas. Para ele, a mobilização do Parlamento para elaborar leis poderá ser vã se a Justiça não conseguir realizar sua aplicação.

Boclin lembrou que o governador de Nova York renunciou ao ser denunciado por envolvimento com prostituição, enquanto em Niquelândia autoridades se envolveram com adolescentes e alegaram que elas foram para a cidade com a finalidade de “denegrir a imagem dos homens de bem”.

– Homem de bem não se envolve com prostituição – contestou.

Prefeito de Niquelândia é convocado a depor

A CPI da Pedofilia aprovou requerimento de convocação do prefeito de Niquelândia (GO), Ronan Rosa Batista, para esclarecer denúncia de envolvimento na prostituição de adolescentes de 13 e 14 anos. O requerimento é de autoria do presidente e do relator da comissão, Magno Malta (PR-ES) e Demostenes Torres.

A comissão também aprovou a convocação de outras autoridades e funcionários do município envolvidos em representação sobre o caso feita pelo Ministério Público de Niquelândia, como o ex-chefe de gabinete da prefeitura Geraldo Gavazza Pedroni; o ex-secretário da Indústria e Comércio Gláucio Almeida Soares; o ex-secretário de Agricultura Rusley Olegário Dias; o vereador Neira Matos Ribeiro de Araújo; e o motorista Anderson da Silva Rocha.

Malta e Demostenes requereram ainda a presença do promotor de Justiça do município, Bernardo Boclin, como palestrante, nas tomadas dos depoimentos.

Também ontem, a CPI acatou requerimento de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) com a finalidade de ouvir a psicóloga e coordenadora da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Viviane Amaral dos Santos, em relação a casos de pedofilia e violência em geral contra crianças e adolescentes.

Por sugestão de Magno Malta, foi aprovado ainda requerimento para que a comissão participe da reunião em que será assinado o termo de ajustamento de conduta entre o Google e o Ministério Público Federal. A reunião ocorrerá hoje, em São Paulo.

José Cruz



Tuma lembrou data que homenageia aviadores da FAB

Tuma registra Dia da Aviação de Caça da Força Aérea

Romeu Tuma (PTB-SP) registrou o Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). A data homenageia os aviadores da FAB em razão de uma grande ofensiva, em 22 de abril de 1945, durante a 2ª Guerra Mundial, pelo 1º Grupo de Aviação de Caça da FAB, que combateu tropas nazistas na Europa.

– Para atirar bombas, os aviadores se jogavam do céu até 400 metros do alvo. Para escapar da artilharia inimiga, contavam até oito e mudavam de posição – relatou o parlamentar.



Efraim Morais relatou resistência de Lucena à ditadura militar

Humberto Lucena, que faria 80 anos, tem voto de louvor

O Senado aprovou ontem voto de louvor ao seu ex-presidente Humberto Lucena, que completaria 80 anos ontem. O presidente Garibaldi Alves lembrou que Lucena, era “talhado para o entendimento”.

A proposta foi feita pelos senadores Efraim Morais (DEM-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS). Simon homenageou a filha de Lucena, Lisle, que é funcionária do Senado e esteve presente à sessão. O político paraibano, que foi presidente da Casa nos biênios 1987-88 e 1993-94, morreu há dez anos

Geraldo Magalhães

Comissão de Meio Ambiente aprovou ainda criação de áreas de proteção ambiental no Ceará e no Espírito Santo

Montadoras terão de informar autoridades sobre *recall* de carros

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer do senador Valter Pereira (PMDB-MS) favorável a projeto (PLS 639/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) exigindo que as montadoras informem as autoridades sobre defeitos de fabricação que requeiram reparos ou *recall* de veículos em circulação no país.

Valter Pereira disse lamentar que, mesmo quando montadoras convocam proprietários de automóveis, metade deles não atende ao aviso, em parte por deficiência de comunicação. Assim, passaria a se exigir das montadoras que informem as autoridades de trânsito sobre defeitos identificados. O projeto ainda vai ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CMA acatou também parecer favorável do senador Renato Casagrande (PSB-ES) a projeto (PLC 21/08) que altera a categoria de unidade de conservação do Parque

Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos municípios de Pancas e Águia Branca (ES). A proposta segue para votação em Plenário.

Renato Casagrande explicou que, no caso da classificação como monumento natural, é possível que os proprietários utilizem terras e recursos naturais, desde que cumpram um plano de manejo, sem prejudicar a permanência de populações tradicionais na região.

A comissão aprovou ainda proposta (PLC 112/05) dispoendo sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca (CE). A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), porém, lamentou a ausência de uma discussão séria no Congresso Nacional acerca da melhor maneira de demarcar reservas indígenas e áreas de proteção ambiental para evitar que surjam problemas posteriores, como no caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol.



Presidida por Leomar Quintanilha (E), CMA pedirá informações sobre controle da dengue

Comissão vai avaliar atendimento em hospital de Santarém, no Pará

A CMA decidiu ontem realizar, a pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), debate com a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e outras autoridades sobre as razões que vêm impedindo o pleno funcionamento do Hospital Regional de Santarém (PA). Segundo o senador, o centro cirúrgico e a unidade de terapia intensiva, mesmo equipados, operam apenas parcialmente.

A comissão analisou ainda auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Programa Nacional de Controle da Dengue. A CMA

decidiu solicitar informações ao Ministério da Saúde sobre as providências tomadas em função das recomendações do TCU.

A comissão também vai requerer, por sugestão do senador Almeida Lima (PMDB-SE), informações ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre as receitas obtidas desde 2002 com aluguel de hangares no Campo de Marte (SP), no Aeroporto Internacional de Brasília e no Aeroporto da Pampulha (MG) e contratos do Aeroporto de Guarulhos (SP) e do Campo de Marte.

Fotos: Márcia Kolumbe



Presidente da CE, Cristovam Buarque (ao microfone, ao lado do ministro da Educação, Fernando Haddad) comanda o simpósio sobre educação

Cristovam defende pacto mundial pela educação

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu ontem a adoção de um pacto mundial pela educação, para combater a pobreza e a desigualdade.

– Pode ser ambicioso, mas podemos lembrar que o Brasil deu um salto econômico em 25 anos, a partir de 1955. Esse é o tempo para garantir uma educação avançada e igualitária – disse Cristovam na abertura do 2º Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, promovido no Senado pela CE e pelo Ministério da Educação.

Cristovam lamentou não existir uma organização internacional dedicada ao aperfeiçoamento do ensino. A educação, observou, pode ainda ajudar o planeta, por meio da formação de cidadãos conscientes, a preservar o meio

ambiente e a liberdade. Ele incluiu a Finlândia e a Coreia do Sul entre os exemplos de países que fizeram pactos pela educação.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, citou a concentração entre os principais fatores da desigualdade no país. Os constituintes de 1988 foram sábios, na opinião do ministro, ao atribuir à União a função de equalizar as oportunidades de educação.

Mais recursos

A determinação, declarou Haddad, só começou a ser cumprida em 2005, já que, até então, os recursos eram destinados às escolas que menos precisavam deles. Agora, continuou, a União repassa mais recursos aos 1.242 municípios em pior situação educacional.

Para o ministro, além de melhorar a gestão, o Brasil necessita

de mais recursos para a educação. Haddad elogiou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, de proposta de emenda à Constituição de Ideli Salvatti (PT-SC) que isenta a educação da aplicação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Segundo ele, o setor deixou de receber mais de R\$ 70 bilhões desde a criação da DRU.

A ministra da Educação da África do Sul, Grace Mandisa Pandor, narrou os esforços de seu país para superar o *apartheid* e democratizar as oportunidades educacionais, desde o fim do regime racista. Ela ressaltou que a reforma da educação não é uma tarefa fácil. As mudanças culturais, disse, são mais lentas, pois alunos cujos pais não lêem têm mais dificuldades de aprendizado. E apontou ainda a existência de hostilidade entre estudantes brancos e alunos negros.

Sociedade precisa se envolver no debate, diz Garibaldi

Ao abrir o 2º Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que, mais importante que investir em tecnologia, é envolver a sociedade na educação dos jovens.

– Precisamos envolver a comunidade. Tem de passar pela tecnologia, mas tem de passar, acima de tudo, pela conscientização dos cidadãos – disse.

Para Garibaldi, a inclusão tecnológica acontecerá, mas quem vai aplicá-la terá de conscientizar-se da tarefa. Em sua opinião, o envolvimento do jovem deve implicar um envolvimento da família.

– Só vamos resolver a pobreza se educarmos nossos jovens, e não só colocá-los na escola. Nós temos 60 milhões de crianças matriculadas. Mas, dessas, quantas chegam à universidade?

O senador mencionou a secretária de Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, que defende a co-responsabilidade dos pais pela educação dos filhos. Ela afirma ainda que, no dia em que o Brasil discutir a educação como discute telenovelas, alcançará seu objetivo. Garibaldi sugere que as diferenças partidárias sejam deixadas de lado quando o assunto é a educação.

– A situação é tão grave que Cristovam já me propôs que fizéssemos uma CPI da Educação para se apurar o que está acontecendo. Essa CPI deveria pôr um dedo na ferida do que há de errado na educação.

Alunos de 26 estados no concurso de redação do Senado

Quase 22 mil escolas de 26 estados do Brasil, exceto de Santa Catarina, aderiram ao 1º Concurso de Redação do Senado – A Bandeira Nacional. A informação é da Secretaria de Relações Públicas do Senado, responsável pelo projeto, juntamente com o Ministério da Educação, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) e as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

O concurso tem como objetivo estimular o sentimento cívico e o exercício da cidadania por meio da atividade escolar. Poderão participar alunos matriculados em uma das duas últimas séries do ensino fundamental.

Cada estado enviará, até 17 de outubro, uma redação para representá-la no concurso. A comissão julgadora selecionará o melhor texto.

O aluno vencedor ganhará um microcomputador e certificado. A escola vencedora receberá quatro microcomputadores e material para o acervo de sua biblioteca. O aluno premiado, o diretor de sua escola e o secretário de Educação participarão da comemoração ao Dia da Bandeira, no Congresso, em 19 de novembro, quando o estudante apresentará sua redação. O segundo e o terceiro colocado também ganharão um computador cada um e certificado.

O regulamento e outras informações podem ser encontrados no site http://www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/concurso_bandeira/index.asp.

Ideli quer mudar acordo têxtil com a China

Ideli Salvatti (PT-SC) informou que os parlamentares da frente em defesa da indústria têxtil querem a modificação de pontos do acordo de comércio com a China. O acordo tem vigência até o fim do ano, mas, argumentou a senadora, é preciso aprimorá-lo, pois a importação da China foi desastrosa para a indústria nacional.

Ela lembrou que o setor emprega 1,7 milhão de pessoas, das quais 75% são mulheres, e é campeão na oferta de primeiro emprego.

Coordenadora da frente, Ideli relatou que o grupo já se reuniu com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e que obteve promessa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de que a área têxtil e de confecções será tratada no fórum de competitividade. Nesse fórum, o governo encontrou soluções para a construção civil por meio da redução de impostos para vários produtos. Hoje, a construção emprega 1,9 milhão – 16% a mais que há um ano.

Novos empregos

Ideli comemorou a criação de 206 mil novos empregos com carteira assinada em março. Com dados do Ministério do Trabalho, ela comentou que o número de vagas cresceu 41% em relação a março de 2007.

– Comemoramos a marca de 1,3 milhão de novos empregos no governo Lula. Agora, só entre janeiro e março totalizamos 554 mil empregos com carteira assinada – ressaltou.

Todos os setores da economia brasileira apresentaram crescimento no nível de contratações formais, sendo campeãs as áreas de serviços, indústria de transformação e construção civil.



Empresários temem o futuro do setor, afirma Ideli Salvatti

Osmar Dias ressalta que o Brasil possui terras suficientes para produzir alimentos e biodiesel. Para Aloizio Mercadante, a alta dos produtos alimentícios deve-se ao crescimento econômico da Ásia



Jean Arthuis (2º à esquerda), Aloizio Mercadante e Philippe Marini ouvem Osmar Dias

Comissões discutem com senadores da França preço dos alimentos

A produção e o aumento dos preços internacionais dos alimentos foram discutidos ontem com o presidente e o relator da comissão de finanças do Senado da França, Jean Arthuis e Philippe Marini, que, juntamente com outros parlamentares, visitaram as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o Brasil, “ao contrário do que se tem dito, não tem problemas para decidir se tem que plantar para produzir alimentos ou produzir energia [a partir do etanol], pois existe área, clima e gente para fazer as duas coisas”. Conforme disse, o Brasil utiliza “apenas” 4% da área plantada do país para a produção de etanol

(a partir da cana-de-açúcar). Além disso, argumentou, seria possível utilizar mais 50 milhões de hectares de áreas de pastagens na plantação de grãos, para produzir etanol.

– E há mais 90 milhões de hectares de cerrado intactos – acrescentou.

Já o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que discorda da tese segundo a qual a produção de etanol, em particular a brasileira, influenciaria o aumento dos preços dos alimentos em âmbito mundial. Mercadante atribuiu essa majoração ao crescimento da economia asiática, com destaque para China e Índia, e à elevação do preço do petróleo. Osmar Dias apontou ainda os preços dos fertilizantes como outro fator para a alta dos alimentos.

Audiência para debater projeto da lei dos sacoleiros será no dia 30

A CAE realizará audiência, no dia 30, para debater projeto de lei (PLC 27/08) que cria o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, via terrestre, de mercadorias do Paraguai. A unificação de tributos é uma tentativa de atrair para a legalidade os sacoleiros, como são chamados os comerciantes que vivem da importação de produtos do país vizinho.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que o prazo para apresentação de parecer pelas comissões já se esgotou. O texto, que tramita em regime de urgência constitucional, está sendo analisado simultaneamente na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) e na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além da

CAE. De acordo com Mercadante, o PLC 27/08 entra obrigatoriamente na pauta do Plenário na próxima terça-feira, e deve ser votado até 8 de maio.

A idéia é que a audiência do próximo dia 30 seja realizada em conjunto pelas três comissões que analisam o projeto.

Serys Shessarenko (PT-MT), relatora da matéria na CCJ, admitiu que a matéria não está pronta para votação. Tasso Jereissati (PSDB-CE) ressaltou que o projeto envolve questões relacionadas à pirataria e afeta a legislação tributária comum do Mercosul. Romeu Tuma (PTB-SP) disse ser precipitado deliberar sobre o tema no momento em que o Paraguai elegeu novo presidente.

Não é fácil negociar com a União Européia, afirma Mercadante

Durante a visita de delegação da Comissão de Finanças do Senado francês, o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que “não é fácil negociar com a União Européia”.

– É difícil negociar com os irlandeses qualquer tema relacionado à carne [bovina], como é difícil negociar com os franceses qualquer item relacionado aos subsídios agrícolas – disse. Mas, acrescentou, “é necessário aprofundar o comércio bilateral”.

Para o relator da Comissão de Finanças francesa, Philippe Marini, “o diálogo é necessário, mas sem esquecer que esse é um problema difícil de resolver”. O senador francês ressaltou que “a opinião pública francesa continua tendo muitas reservas contra a diminuição das barreiras comerciais”. Marini argumentou que “o que pode parecer do lado do [hemisfério] sul um fator de progresso social pode parecer, do lado do [hemisfério] norte, uma diminuição dos fatores de proteção social e de redução das desigualdades”.

Em Plenário, ao relatar a visita dos franceses, Mercadante contestou afirmações de que o programa brasileiro de energia limpa vá ocupar ou substituir áreas originalmente destinadas à produção agrícola. Conforme disse, o país produz, anualmente, cerca de 140 milhões de toneladas de grãos. Há 15 anos, produzia 58 milhões. Essa marca foi alcançada, ressaltou, com a expansão da área de produção em “apenas 8 milhões de hectares”.



Geovani Borges defende a criação da Zona Franca de Macapá

Geovani assume, como suplente, cadeira de Gilvam

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) assumiu ontem, como primeiro suplente e do mesmo partido do titular, a cadeira de Gilvam Borges, afastado para tratamento de saúde.

Emocionado, o senador, que é irmão do titular, anunciou a sua primeira missão no Senado: aprovar o projeto de lei (PLC 27/08) que cria a Zona Franca de Macapá e Santana. A proposta, entre outros itens, prevê a isenção do imposto de produtos industrializados (IPI) para a comercialização do que for fabricado com matéria-prima regional. A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados em março.

– Não seria exagero dizer que a zona franca é a redenção econômica do estado – ressaltou.

Mão Santa elogia Tebet em encontro de jornalistas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) registrou sua participação no encontro de jornalistas de Mato Grosso do Sul, realizado no último fim de semana no município de Três Lagoas (MS), local de nascimento do ex-senador Ramez Tebet, a quem homenageou no evento.

O encontro teve como palestrantes, além de Mão Santa, o jornalista Maurício Kubrusly, da TV Globo.

Ao lembrar Tebet em Plenário, Mão Santa assinalou que, embora criticado, o Senado ultimamente pôde contar em seus quadros, além de Tebet, com outros dois grandes senadores falecidos recentemente: Jonas Pinheiro e Antonio Carlos Magalhães.

São Paulo e Campo Grande poderão fazer empréstimos

A contratação de dois empréstimos de bancos privados japoneses para o governo do estado de São Paulo foi aprovada pela CAE. Uma das operações (Mensagem 66/08), de US\$ 95 milhões, destina-se à Linha 4 do Metrô de São Paulo. A outra (Mensagem 64/08), de US\$ 535 milhões, financiará projeto da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô).

A CAE acolheu ainda empréstimo (Mensagem 65/08) para a prefeitura de Campo Grande (MS), de US\$ 19,38 milhões, que financiará programa de desenvolvimento e qualificação urbana.

Geraldo Magela



Senador comenta análise do jornal *Los Angeles Times*

Para Valadares, dengue atrasa crescimento

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs ontem que o Brasil eleja a saúde como a prioridade número um, ao lado da educação. O parlamentar disse concordar com a análise do jornal norte-americano *Los Angeles Times* de que a epidemia de dengue pode nos colocar em rota oposta à do desenvolvimento.

– Reportagens como esta, por mais desagradáveis que sejam, devem ser levadas a sério – alertou, ao lembrar que o texto mostra “o lado escuro do Rio de Janeiro”.

O senador disse concordar com a afirmação de que a doença é típica de países do Terceiro Mundo e que o Rio está vivendo uma “situação africana”, segundo definiu o jornalista Jânio de Freitas. Ressoando o *Los Angeles Times*, Valadares entende que indicadores como crescimento econômico e aumento do crédito internacional só valem se combinados com indicadores sociais.

Para ele, a razão principal da epidemia é a falta de uma política sanitária eficaz, já que são conhecidas as condições em que se desenvolve o mosquito transmissor da doença, o *Aedes aegypti*.

Valadares aliou-se aos sanitaristas na defesa de um sistema de vigilância integrado e cobertura do programa Saúde da Família. Para isso, sugere mais gastos com saúde e menos com o pagamento da dívida pública.

Propostas já aprovadas pelo Senado extinguem o fator previdenciário e estendem aos proventos dos inativos e pensionistas o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo

Senadores apelam à Câmara para manter decisão sobre aposentado

Com o apoio de diversos senadores, Paulo Paim (PT-RS) dirigiu apelo à Câmara dos Deputados para que ratifique a decisão do Senado que aprovou o PLS 296/03, de sua autoria, extinguindo o fator previdenciário, e o PLC 42/07, com diretrizes para o reajuste do salário mínimo até 2023, e que recebeu emenda também de Paim garantindo o mesmo percentual de aumento aos aposentados e pensionistas. Ele fez a manifestação durante sessão especial de homenagem aos servidores públicos aposentados.

Por sua vez, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que o objetivo dos servidores públicos aposentados é a paridade com os funcionários ativos. Mário Couto (PSDB-PA) ressaltou que, em pouco mais de um ano de mandato, dedicou 60% dos seus discursos à causa dos aposentados e pensionistas e aos servidores públicos. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que, a política do Estado mínimo foi sustentada pelos governos anteriores em prejuízo administração e dos funcionários.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Marconi Perillo (PSDB-GO) prometeram ir pessoalmente à Câmara para pedir aos deputados que aprove os projetos. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ter quase certeza de que os deputados não faltarão aos anseios dos aposentados.

Luta

Os elogios a Paim predominaram nos discursos dos senadores durante a sessão. Mão Santa (PMDB-PI) enfatizou que a luta do senador gaúcho simboliza a luta de valorização do trabalho e do salário.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que Paim, “mesmo sendo governo, enfrenta causas que não agradam ao presidente da República”.

Em nome do PSDB, Papaléo Paes (AP) destacou a preocupação do partido com o problema dos aposentados e pensionistas. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) salientou que é funcionário público e apóia abertamente a categoria.

Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou que é servidor público aposentado e que atuou por 50 anos na segurança pública, tendo formado grupos especiais de policiais para investigar fraudes da Previdência. Tuma disse que as fraudes precisam ser investigadas e punidas.



Garibaldi, entre Clotildes Guimarães, Paulo Paim (E) e Benedito Marcilio, preside a sessão



Representantes dos servidores públicos aposentados assistem à homenagem no Plenário

Garibaldi afirma que projetos não serão engavetados na sua gestão

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou, durante a sessão especial, que na sua gestão projetos e vetos serão votados, e não engavetados. O senador disse que não pode continuar a acontecer o que ocorria antes, quando nem os vetos do presidente da República a proposições aprovadas pelo Legislativo eram examinados.

– O Congresso Nacional estava deixando de dar a última palavra sobre os vetos do governo, que ficavam empilhados nos gabinetes, nas gavetas. Mas não estão ficando mais – declarou Garibaldi.

Ao fazer essa afirmação, o presidente do Senado respondeu à observação da vice-presidente do Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas), Clotilde Guimarães, de que estavam parados muitos projetos em favor dos aposentados.

– Na verdade, eu queria dizer aos senhores o seguinte: se até agora dormiram [os projetos], não vão dormir mais enquanto eu for presidente.

Nos gabinetes, nas gavetas, não estão ficando mais. Estão sendo votados. Porque de uma coisa os senhores fiquem certos: o Poder Executivo não vai submeter o Poder Legislativo – disse o parlamentar.

Independência

O senador ressaltou que o Poder Legislativo tem de ser independente e será, pelos menos enquanto ele for presidente. Garibaldi citou a votação do PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário, e do PLC 42/07, com emenda do senador Paulo Paim, que vincula o reajuste das aposentadorias ao do salário mínimo, como provas de que não haverá mais projetos engavetados.

Ao referir-se aos servidores aposentados, Garibaldi afirmou que a suspensão do concurso público por longo período e o incremento das situações de apadrinhamento, ao lado da degradação setorial das remunerações, ensejaram uma vertiginosa queda no serviço público e na imagem que a população brasileira tem da função pública.

Congresso celebra 4º Ano Polar Internacional

Está marcada para 8 de maio, às 10h, no Plenário do Senado, sessão especial conjunta das duas Casas do Congresso Nacional para celebrar o 4º Ano Polar Internacional, que se iniciou em 2007 e é organizado pelo Conselho Internacional de União Científica em conjunto com a Organização Meteorológica Mundial.

A celebração foi aberta no ano passado, coincidindo com a passagem dos 25 anos da presença brasileira na Antártida. Desde 2007, pesquisadores dos 60 países participantes foram à Antártida e ao Ártico para realizar 200 projetos de pesquisa sobre os processos ambientais nos pólos.

O primeiro Ano Polar Internacional foi celebrado entre 1882 e 1883, com o encontro de 20 nações que desenvolviam 15 projetos relativos aos pólos. A segunda edição do evento ocorreu entre 1932 e 1933, e a terceira, entre 1957 e 1958.

Voto de pesar pela morte de Sinval Barbosa

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) apresentou em Plenário voto de pesar pela morte do servidor Sinval Barbosa Sobrinho, ocorrida segunda-feira. Técnico legislativo desde 1979, ele assessorava o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia.

– Sabemos a importância que têm esses servidores e o desfalque que provoca a perda de um funcionário do quilate de Sinval – disse.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, manifestou seu pesar “à família e aos colegas” de Sinval. O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes, lamentou a perda do profissional, considerado “um dos bons quadros da Casa”. Também se manifestaram Flexa Ribeiro (PA), em nome da bancada do PSDB, Romeu Tuma (PTB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

O sepultamento ocorrerá em sua cidade natal, São José do Rio Preto (SP).

Geraldo Magela

José Cruz